



## TERMO DE REFERÊNCIA

### ANEXO I

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços da filmagem dos pronunciamentos do Presidente, Vice-Presidente e/ou membros/Juizes do TRE/MS (1º e 2º turnos, o último condicionado à sua ocorrência) e da elaboração de vídeo institucional, incluída neste a captação das imagens necessárias à execução do objeto, doravante denominados apenas como serviços.

1.2. Os vídeos serão veiculados para o público interno e externo (em emissoras de televisão e em mídias digitais).

1.3. Na tabela abaixo consta o quantitativo de vídeos que serão gravados:

GRUPO	ITENS	DESCRIÇÃO	Tempo Duração	Quantidade
1	1	<b>Vídeo Comemorativo 45 anos</b> PRODUÇÃO E EDIÇÃO DE VÍDEO COMEMORATIVO DOS 45 ANOS do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul por ocasião da realização da solenidade comemorativa dos 45 anos da Justiça eleitoral no Estado de Mato Grosso do Sul.	3 minutos	1
	2	<b>Vídeo Pronunciamento Oficial 1º e 2º Turno</b> PRODUÇÃO E EDIÇÃO DE VÍDEOS DE PRONUNCIAMENTO OFICIAL do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul por ocasião da realização das Eleições 2024 (1º Turno e 2º Turno, se houver). O vídeo do PRONUNCIAMENTO OFICIAL é veiculado em todos os anos eleitorais, geralmente durante a semana que antecede as Eleições, ou conforme necessidade da Administração, é um chamamento ao eleitor às urnas, enfatizando sempre a importância do voto livre e consciente. As gravações serão realizadas no período compreendido entre a assinatura do contrato e 10 dias corridos antes da data de entrega final. Duração de cada vídeo: 1 minuto. Para este item, a contratação do vídeo do 2º somente dar-se-á, se houver pleito, isto é, se houver realização do 2º turno para a eleição municipal na Capital.	1 minuto	2
	3	<b>Vídeo Institucional</b> PRODUÇÃO E EDIÇÃO DE VÍDEO INSTITUCIONAL do TRE-MS, para EXIBIÇÃO DURANTE EVENTOS INSTITUCIONAIS como forma de apresentação do TRE-MS aos participantes desses eventos com mensagem que inclui elementos como a breve história do TRE-MS, missão, visão e valores institucionais, prêmios recebidos, estabelecendo interação com seus públicos internos (corpo funcional) ou externos (comunidade e imprensa). <b>Duração do vídeo: 3 minutos.</b>	3 minutos	1
	4	<b>Vídeo Diplomação</b> PRODUÇÃO E EDIÇÃO DE VÍDEO INSTITUCIONAL do TRE-MS PARA A SOLENIDADE DE DIPLOMAÇÃO dos eleitos nas Eleições 2024, como forma de promover a divulgação institucional ressaltando os principais procedimentos realizados nas Eleições tendo como finalidade a documentação do processo eleitoral em Mato Grosso do Sul, a fim de preservar a memória da Instituição. Além disso, tal mídia retratará o processo de planejamento e execução das Eleições, servindo como importante instrumento de divulgação do esforço empreendido por esta Justiça Especializada na promoção e legitimação do processo de escolha dos representantes da sociedade. <b>Duração do vídeo: 3 minutos.</b>	3 minutos	1

1.4. Para esta contratação o objeto está dividido por tipos de vídeos, estando os itens agrupados (GRUPO1), devendo ser ofertado preços para todos os itens, perfazendo assim o preço global da contratação.

1.5. **Para o item 02 - vídeo de pronunciamento: as empresas ficam desde já cientes que a não ocorrência do segundo turno dos Pleitos Eleitorais ensejará a rescisão unilateral e amigável do contrato para a prestação dos serviços relativos ao referido Pleito.**

**1.5.1. A simples apresentação das propostas significará a anuência das proponentes com os termos dispostos na cláusula anterior.**

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

1.6.1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### 2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A produção de vídeo institucional acerca dos principais procedimentos realizados nas Eleições tem como finalidade a documentação do processo eleitoral em Mato Grosso do Sul, a fim de preservar a memória da Instituição. Além disso, tal mídia retratará o processo de planejamento e execução das Eleições, servindo como importante instrumento de divulgação do esforço empreendido por esta Justiça Especializada na promoção e legitimação do processo de escolha dos representantes da sociedade.

2.2. O pronunciamento oficial, veiculado em todos os anos eleitorais, geralmente durante a semana que antecede as Eleições, ou conforme a necessidade da Administração, é um chamamento ao eleitor às urnas, enfatizando sempre a importância do voto livre e consciente.

### 3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADAS AS CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO

3.1. A contratação deve observar a necessidade de uma única empresa que execute as etapas de pré-produção, produção e pós-produção de todos os vídeos, para que ocorra congruência da linguagem e fidelidade à imagem institucional, demonstrando comunicação harmônica das intenções do projeto e do produto final.

3.2. A etapa de pré-produção inclui a criação e elaboração de roteiro, planejamento da produção, direção, captação de imagens, fotografia, áudio e vídeo, marketing e publicação.

3.3. A produção inclui, especialmente nos vídeos de pronunciamento oficial, a produção de cenário, maquiagem, bem como gravações captações de imagens com movimentos de câmera e lentes, iluminação, áudio, além de planos e regras de enquadramento, absolutamente afinados com a pré-produção.

3.4. Para as gravações e captações de imagens devem ser utilizados softwares de edição, com observância de regras gerais da edição cinematográfica, estilos de edição, cortes, inserção de textos e trilhas, correções de cor, referência de criação de set para entrevistas e lives, exportação de filmes.

3.5. A pós-produção vale-se das gravações e imagens captadas e as edita através da escolha das melhores cenas, escolha das montagens; inserção de áudio, legendas e audiodescrição. As gravações poderão ocorrer majoritariamente em Campo Grande, como também, poderá conter imagens do interior do Estado, em número reduzido de *frames*.

3.6. A seguir os requisitos específicos de cada produto:

Item	Descrição	Unidade	
1	<b>VIDEO COMEMORATIVO 45 ANOS</b>	01	<p>Para o <b>VÍDEO COMEMORATIVO DOS 45 ANOS</b> deverão ser seguidas as seguintes específicas:</p> <p><b>a)</b> O vídeo institucional deverá ter duração de aproximadamente 3 minutos, sendo finalizado com imagens existentes que possam contribuir para a percepção e compreensão da mensagem a ser transmitida.</p> <p><b>b)</b> O vídeo institucional deverá ser produzido a partir de imagens disponíveis na Assessoria de Comunicação.</p> <p><b>c)</b> O áudio deverá ser gravado por profissional habilitado e possuir qualidade digital de baixa latência.</p> <p><b>d)</b> O conteúdo do vídeo tomará como referência à execução do serviço, o roteiro que deverá ser elaborado.</p> <p><b>e)</b> O vídeo contemplará o registro de fotografias, captação de imagens que retratem os 45 anos de existência do TRE-MS.</p> <p><b>f)</b> A contratada deverá utilizar trilha sonora com músicas de domínio público ou, no caso de uso de músicas de terceiros, deverá obter a autorização necessária.</p> <p><b>g)</b> Eventuais despesas provenientes do pagamento de direitos autorais (áudio e vídeo) serão de responsabilidade da contratada.</p> <p><b>h)</b> Todos os direitos autorais envolvidos na produção do vídeo institucional serão transferidos para a contratada.</p> <p><b>i)</b> O vídeo institucional finalizado e aprovado deverá ser entregue em até 15 (quinze) dias após a aprovação final.</p> <p><b>j)</b> No caso de reprovação ou ajustes na versão do vídeo institucional apresentada, a empresa deverá fornecer a versão corrigida em prazo a ser determinado.</p> <p><b>k)</b> Após a aprovação final do vídeo, a empresa deverá fornecer versão virtual finalizada, no formato de arquivo digital.</p> <p><b>l)</b> A critério da ASCOM ou da Presidência, poderá haver captação de imagens do interior do Estado.</p> <p><b>m)</b> O vídeo deve conter assinaturas, legendas, GCs (gerador de caracteres) e audiodescrição.</p>
2	<b>VIDEO PRONUNCIAMENTO 1º e 2º TURNO</b>	02	<p>Para o <b>VÍDEO PRONUNCIAMENTO OFICIAL 1º e 2º Turno</b> deverão ser seguidas as seguintes específicas:</p> <p><b>a)</b> Deverá ser produzida a quantidade de até 2 (dois) vídeos, de 60 (sessenta) segundos, por turno.</p> <p><b>b)</b> As produções devem ser feitas contando com, pelo menos, os seguintes equipamentos: filmadora, microfone, iluminação e cenário.</p> <p><b>c)</b> Havendo desaprovação ou inadequação de cenas, a gravação será repetida tantas vezes quantas forem necessárias.</p> <p><b>d)</b> Os vídeos devem conter assinaturas, legendas, GCs (gerador de caracteres) e audiodescrição.</p> <p><b>e)</b> As gravações devem ser feitas em mídia especial para veiculação nas emissoras de TV do Poder Judiciário.</p> <p><b>f)</b> No caso de reprovação ou ajustes na versão do pronunciamento apresentada, a empresa deverá fornecer a versão corrigida em prazo a ser determinado.</p> <p><b>g)</b> A <b>entrega definitiva do material (após ajustes, se necessários):</b> vídeo 1 - Pronunciamento 1º Turno e vídeo 2 - Pronunciamento 2º Turno.</p>
3	<b>VIDEO INSTITUCIONAL</b>	01	<p>Para o <b>VÍDEO INSTITUCIONAL PARA EVENTOS DO TRE-MS</b> deverão ser seguidas as seguintes específicas:</p> <p><b>a)</b> O vídeo institucional deverá ter duração de aproximadamente 3 minutos, sendo finalizado com imagens que possam contribuir para a percepção e compreensão da mensagem a ser transmitida.</p> <p><b>b)</b> O vídeo institucional deverá ser produzido a partir de imagens do Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p><b>c)</b> O áudio deverá ser gravado por profissional habilitado e possuir qualidade digital de baixa latência.</p> <p><b>d)</b> O conteúdo do vídeo tomará como referência à execução do serviço, o roteiro que deverá ser elaborado.</p> <p><b>e)</b> O vídeo contemplará elementos como a breve história do TRE-MS, missão, visão e valores.</p> <p><b>f)</b> A contratada deverá utilizar trilha sonora com músicas de domínio público ou, no caso de uso de músicas de terceiros, deverá obter a autorização necessária.</p> <p><b>g)</b> Eventuais despesas provenientes do pagamento de direitos autorais (áudio e vídeo) serão de responsabilidade da contratada.</p> <p><b>h)</b> Todos os direitos autorais envolvidos na produção do vídeo institucional serão transferidos para a contratada.</p> <p><b>i)</b> O vídeo institucional finalizado e aprovado deverá ser entregue até <b>04 de março de 2024</b>.</p> <p><b>j)</b> No caso de reprovação ou ajustes na versão do vídeo institucional apresentada, a empresa deverá fornecer a versão corrigida em prazo a ser determinado.</p> <p><b>k)</b> Após a aprovação final do vídeo, a empresa deverá fornecer versão virtual finalizada, no formato de arquivo digital.</p> <p><b>l)</b> A critério da ASCOM ou da Presidência, poderá haver captação de imagens do interior do Estado.</p> <p><b>m)</b> O vídeo deve conter assinaturas, legendas, GCs (gerador de caracteres) e audiodescrição.</p>

4	<b>VIDEO DIPLOMAÇÃO</b>	01	<p>Para o <b>VÍDEO INSTITUCIONAL do TRE-MS PARA A SOLENIDADE DE DIPLOMAÇÃO</b> deve:</p> <p><b>a)</b> O vídeo institucional deverá ter duração de aproximadamente 3 minutos, sendo finalizado com gráficos existentes que possam contribuir para a percepção e compreensão da mensagem;</p> <p><b>b)</b> O vídeo institucional contemplará o registro de várias etapas que compõem o planejamento;</p> <p><b>c)</b> O vídeo institucional deverá ser produzido a partir de imagens gerais de eleições constantes;</p> <p><b>d)</b> O áudio deverá ser gravado por profissional habilitado e possuir qualidade digital de baixa;</p> <p><b>e)</b> O conteúdo do vídeo tomará como referência à execução do serviço, o roteiro que deverá ser;</p> <p><b>f)</b> A contratada deverá utilizar trilha sonora com músicas de domínio público ou, no caso de não;</p> <p><b>g)</b> Eventuais despesas provenientes do pagamento de direitos autorais (áudio e vídeo) serão;</p> <p><b>h)</b> Todos os direitos autorais envolvidos na produção do vídeo institucional serão transferidos;</p> <p><b>i)</b> O vídeo institucional finalizado e aprovado deverá ser entregue em até 25 dias antes do evento;</p> <p><b>j)</b> No caso de reprovação ou ajustes na versão do vídeo institucional apresentada, a empresa deverá;</p> <p><b>k)</b> Após a aprovação final do vídeo, a empresa deverá fornecer versão virtual finalizada, no formato;</p> <p><b>l)</b> Os vídeos devem conter assinaturas, legendas, GCs (gerador de caracteres) e audiodescrição;</p>
---	-------------------------	----	--

3.7. Os prazos constantes nos itens de 1 a 4, podem sofrer alterações, conforme manifestação fundamentada da Ascom;

3.7.1. Ficam desde já cientes os licitantes, que o prazo poderá sofrer alteração, sendo comunicado ao licitante vencedor no prazo de 3 (três) dias de antecedência, contados para a entrega dos vídeos ao TRE/MS.

#### GRAVAÇÃO DE IMAGENS:

3.8. A filmagem deverá ser realizada em formato mínimo exigido **FULL HD** que permite a gravação de imagens com 1.920 pixels por linha de resolução vertical por 1.080 pixels por coluna, no modo a 24/30 (padrão HD1) ou 60/120 quadros/seg e de 1.920 pixels linhas de resolução vertical no modo progressive scan também, a 24, 30, 60 ou 120 qps (padrão HD2). A imagem no padrão HD1 1.920 x 1.080 (2.073.600) pixels, no seu processo de gravação será **FULL HD**. O vídeo deverá ser gravado com pelo menos 24 qps (*fps = frames per second*).

3.9. O tempo total estimado de filmagem a ser contratado é de 870 (oitocentos e setenta) minutos brutos até o 1º turno das eleições, acrescidos de 420 (quatrocentos e vinte) minutos brutos, caso haja 2º turno.

3.10. A captação de imagens terá início imediatamente após a assinatura do contrato, estendendo-se até a realização de eventual 2º turno.

3.11. A operação dos equipamentos de filmagem será realizada por profissionais disponibilizados pela contratada, em número suficiente para o registro de todos os eventos/cenas, devendo ainda apresentar condições técnicas para operar 2 (duas) câmeras concomitantemente, quando necessário (possivelmente para a captação de todas as imagens do dia da eleição).

3.12. Havendo desaprovação ou inadequação de cenas, a gravação será repetida tantas vezes quantas forem necessárias até sua captação definitiva em relação a conteúdos, tomadas e ângulos dos registros a serem produzidos.

3.13. Os eventos de captação (gravação) dos vídeos, e os respectivos períodos estimados de gravação, constam disciplinados abaixo:

- a) Reunião de juízes: 15 minutos;
- b) Treinamento: 15 minutos;
- c) Vistoria dos locais de votação: 20 minutos;
- d) Imagens dos Cartórios Eleitorais (nomeação de mesários): 10 minutos;
- e) Registro do cartório divulgando a convocação dos mesários e auxiliares em mural: 10 minutos;
- f) Registro de candidaturas: 30 minutos;
- g) Fiscalização/denúncias: 30 minutos;
- h) Imagens de cartórios (conferência da documentação do registro de candidaturas): 20 minutos;
- i) Reunião para sorteio do HE: 30 minutos;
- j) Julgamento e eventuais recursos nos registros de candidaturas: 10 minutos;
- k) Verificação de dados e fotos pelos candidatos: 10 minutos;
- l) Treinamento de auxiliares (técnicos de urnas e técnicos satelitais): 30 minutos;
- m) Treinamento de mesários: 20 minutos;
- n) Geração de mídias: 20 minutos;
- o) Inseminação de urnas: 20 minutos;
- p) Entrega do material para os mesários: 20 minutos;
- q) Sorteio da votação paralela: 20 minutos;
- r) Imagens da prestação de contas: 20 minutos;
- s) Dia da Eleição – 1º Turno (2 equipes): 420 minutos;
- t) Dia da Eleição – 2º Turno (2 equipes): 420 minutos;

3.14. As especificações indicadas acima compreendem o conjunto mínimo de características desejado para cada serviço e foram estabelecidas para fins de avaliação e julgamento das propostas das empresas licitantes.

3.15. A empresa licitante poderá, ao seu critério, ofertar serviço com características superiores às exigidas, desde que não haja a descaracterização do objeto, por exemplo vídeos HD (2K) 2560 X 1440, totalizando 3.686.400 pixels; UHD (4K) 3840 x 2160, totalizando 8.294.400 pixels; Resolução (5k) 5.120 x 2.880, totalizando 14.745.600 pixels.

3.16. As filmagens serão realizadas no município de Campo Grande, em locais a serem oportunamente indicados pela Assessoria de Comunicação e Cerimonial do TRE/MS.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- **Consórcio**

4.1. Tendo em vista o valor da contratação, a baixa complexidade do objeto e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitida a participação de consórcio na presente contratação.

• **Sustentabilidade**

4.2. Para a presente contratação está previsto que a edição dos vídeos deverá contar com assinaturas, legendas, GCs (gerador de caracteres) e audiodescrição, proporcionando a inclusão social das pessoas com deficiência visual e auditiva.

4.3. A inclusão da linguagem brasileira de sinais (libras) será providenciada por empresa já contratada pelo TRE/MS, conforme consta no procedimento administrativo SEI n. 0005324-82.2023.6.12.8000.

• **Garantia da contratação**

4.4. Não haverá exigência de garantia dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

• **Subcontratação**

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

• **Sede / filial / escritório em Campo Grande/MS**

4.6. A empresa a ser contratada deve possuir sede/filial ou escritório em Campo Grande-MS, em razão dos seguintes motivos:

- a) para a elaboração, gravação e produção do pronunciamento oficial do Presidente do TRE-MS deverá ser considerada e atendida a disponibilidade de agenda informada pelo Desembargador Presidente;
- b) a empresa sediada em Campo Grande-MS viabiliza melhor comunicação/colaboração/troca de ideias entre contratante e produtora, garantindo resultado final de acordo com as expectativas de dirigentes/gestores/Administração, bem como supervisão do andamento da produção de forma mais direta, garantindo que suas especificações sejam atendidas;
- c) para a produção de todos os vídeos deve ser feita a captação de imagens, edição e finalização e este produto encaminhado para a Administração antes da veiculação, podendo haver necessidade de ajustes ou até mesmo regravações de forma quase imediata;
- d) a dinâmica da Justiça Eleitoral é vinculada às decisões dos Tribunal Superior Eleitoral e do próprio Tribunal Regional que visam atender aos princípios democráticos, com decisões sendo publicadas diariamente, as quais podem repercutir na necessidade de alterações de informações, com prazo exíguo, em vídeos já produzidos.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Havendo necessidade do serviço, a fiscalização solicitará à empresa contratada, até 02 (dois) dias antes da publicação/veiculação do vídeo a prova, versão prévia, para apreciação da ASCOM e da alta administração do TRE/MS;

5.1.1. Caberá à fiscalização a definição do modelo de requisição a ser adotado, bem como da forma de seu envio à contratada (por. ex.: em mãos, correio-eletrônico, aplicativo de mensagem eletrônica ou outro meio disponível).

## 6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escritos sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3.1. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

6.3.2. O acompanhamento e fiscalização dos serviços ficarão a cargo da ASCOM - Assessoria de Comunicação e Cerimonial.

6.3.2.1. A atividade de fiscalização por parte da contratante não exclui ou reduz a responsabilidade da contratada pela adequada execução do objeto contratado.

6.3.2.2. A contratada deverá fornecer os elementos necessários a regular execução dos serviços de fiscalização.

6.3.2.3. A Administração, através da fiscalização, reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, podendo para isso exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, sem exacerbar sua competência, toda e qualquer ação de orientação geral sobre a execução dos serviços.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), cabendo:

a) Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

c) Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou autoridade competente. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

f) Comunicar ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à

administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

i) Manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

j) Formalizar de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.6. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.6.1. requisitar a prestação dos serviços, mediante Ofício, Mensagem Eletrônica ou Requisição de fornecimento ou envio de Nota de Empenho;

6.6.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral do MS, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada.

6.6.3. Conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

6.6.4. Acompanhar a execução dos serviços pela contratada;

6.6.5. Outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### Do recebimento

7.1. O recebimento provisório e definitivo dos serviços prestados ficará a cargo da **ASCOM** - Assessoria de Comunicação e Cerimonial, e consistem em:

7.1.1. O recebimento provisório consiste em verificar se o vídeo foi produzido, publicado e veiculado no (s) local (s) definido (s) pela fiscalização, bem como se contém defeitos e/ou danos que prejudiquem a visualização/produção dos vídeos.

7.1.2. O recebimento provisório deverá ser realizado em até 02 (dois) dias úteis após o início da do período de divulgação/entrega.

7.2. O recebimento definitivo será realizado, em até 02 (dois) dias úteis, após o encerramento do período de divulgação/produção/entrega.

7.3. A fiscalização rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratado que não obedecer ao disposto neste Termo de Referência.

7.4. Ainda quando detectados somente no momento de sua veiculação, a contratada ficará obrigada a adequar ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo indicado nas cláusulas 3 a 7, deste Termo de Referência, os serviços objeto da contratação em que se verificarem defeitos de execução de qualquer tipo ou de materiais empregados.

### Da emissão da Nota Fiscal/Fatura

7.5. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

7.5.1. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

7.5.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser encaminhada pela empresa contratada à ASCOM, após a conclusão da execução dos serviços. A critério do TRE/MS a nota fiscal/fatura poderá ser encaminhada para o e-mail indicado pela fiscalização.

7.6. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

7.6.1. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.7. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.7.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

7.7.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.8. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

### Prazo de Pagamento

7.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pelo contratado.

7.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

7.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.13. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$ .

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. A contratação dos serviços pode ser realizada mediante **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, nos termos disposto no artigo 75, II, da mencionada lei:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Decreto nº 11.3217/2022 atualizou os valores do referido artigo 75, vejamos:

Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.

(...)

Art. 75, caput, inciso II R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos

8.2. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

8.3. A vigência será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

### • EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;
- CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;
- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;
- Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União - Projeto de Lei nº 04/2023-CN (PLDO 2024).

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 14112 - TRE-MS;
- II) Fonte de Recursos: 20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;
- III) Programa de Trabalho: **4269 - Pleitos Eleitorais, Programa de Trabalho 02.061.0033.4269.0001**
- IV) Elementos de Despesa: 3390.39.49;
- V) Plano Interno: FUN APOIO;
- VI) Ptes: 167864

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. As disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Minuta do Contrato Administrativo.

## 11. DO REAJUSTE E DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

11.1. As disposições ao reajuste e restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro estão previstas no Anexo II - Termo de Contrato Administrativo.

## 12. DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

12.1. Requisitar a prestação dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência e na minuta do Contrato.

12.2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

12.3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

12.4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.

12.5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

## 13. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

13.1. Cumprir fielmente o estipulado neste Termo de Referência, no Edital, na proposta de preços, no Termo Contratual e na Nota de

Empenho, responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

13.2. Manter, durante todo o prazo de execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

13.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.

13.4. Receber os valores que lhe forem devidos pela prestação dos serviços, na forma disposta neste Termo de Referência.

13.5. Efetivar as captações de imagens nos locais escolhidas pela fiscalização, de acordo com a relação, disponibilizada pela contratada.

13.6. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

13.7. Submeter as imagens, testes, vídeos versão preliminar e versão final à ASCOM para apreciação e aprovação.

13.8. O saldo contratual, porventura existente no final da vigência do contrato, ficará automaticamente decrescido do valor da contratação, nos termos do artigo 124, I, b, c/c 126, ambos da Lei 14.133/2021, **estando o contratante autorizado a efetivar a devida correção no saldo de empenho.**

13.9. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).

13.10. Dar plena ciência do disposto na Portaria Direção-geral nº 176/2023 TRE/PRE/DG/GABDG, a qual dispõe sobre os procedimentos para apuração e aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais decorrentes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

13.11. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

13.12. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio do TRE/MS (Resolução e Lei LAI).

#### **Campo Grande/MS**

**Adriana Franco Cândia**  
Integrante demandante

**Flávio Alexandre Martins Nichikuma**  
Integrante demandante substituto

**Graziela Gonçalves Silva Jurado**  
Integrante Administrativo

#### **Equipe de Planejamento da Contratação**



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIO ALEXANDRE MARTINS NICHIKUMA, Assessor de Comunicação**, em 27/12/2023, às 15:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO, Chefe de Seção**, em 27/12/2023, às 15:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1559858** e o código CRC **8A597C08**.

